

Apresentação

O conjunto de artigos deste dossiê analisa os lugares de sepultamento na cidade do Rio de Janeiro de outrora, demonstrando ao leitor a historicidade das práticas de sepultamento e dos cemitérios do Rio antigo. Alguns desses lugares não mais existem; outros se encontram diferentes do que eram no passado; e um, de modo particular, reapareceu após mais de um século tendo sido conhecido apenas pelos relatos das memórias da cidade.

Os dois primeiros artigos nos mostram porque e como o terreno das antigas igrejas católicas era permeado de sepulturas, até 1851, numa época em que havia grande familiaridade entre a população e seus mortos, que eram pisados e cheirados cotidianamente. Em *A morte hierarquizada*: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808), Milra Nascimento Bravo analisa de que forma os lugares de sepultura espelhavam as hierarquias sociais da época em que o mais desejado era uma cova dentro dos templos, sendo os cemitérios destinados aos desprivilegiados. Direcionando um olhar para os enterros de anjinhos, o artigo de Luiz Lima Vailati, “*A última morada da infância*”: representações e transformações dos lugares de sepultamento infantis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, investiga as diferentes práticas e representações ligadas à morte infantil, entre as primeiras décadas do século XIX e as do XX, evidenciando não só a regulamentação católica sobre o enterro de crianças, mas também as formas pelas quais as regras eram (ou não) cumpridas.

Na época em que as igrejas eram os “cemitérios” da cidade, dois espaços se destacavam como destino dos cadáveres de segmentos diferenciados naquela sociedade. Um é o Cemitério dos Pretos Novos, destinado aos escravos recém-chegados do tráfico atlântico – e ainda não inseridos socialmente – que morriam nas embarcações aportadas ou no mercado de escravos, tendo sido estudado por Júlio César Medeiros da Silva Pereira em *As duas evidências*: as implicações acerca da redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos. Soterrado por mais de um século de esquecimento desde que deixou de funcionar em 1830, foi recentemente (re)descoberto e escavado, possibilitando desvendarmos como morreram os africanos nele inumados. Diferentemente da realidade deste cemitério,

descrita negativamente por vários relatos, o segundo espaço analisado é o Cemitério dos Ingleses, que encantou os que o visitaram, comparativamente ao cemitério anterior, e objeto de estudo de Henrique Sérgio de Araújo Batista, no artigo *Cemitério dos Ingleses – o céu por testemunha*. Inaugurado, em 1811, destinava-se aos que adotavam religião diferente do catolicismo oficial, possibilitando novas formas de sepultamento na cidade. Ainda hoje pode ser visitado, mas num cenário completamente diferente do edifício retratado outrora, quando era erguido numa colina que morria na praia da Gamboa.

O último bloco de artigos nos apresenta a transformação das práticas de sepultamento no Rio de Janeiro, a partir de 1850, quando foram proibidos os enterros nas igrejas e criados os cemitérios públicos extramuros da cidade. Em *A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851)*, Claudia Rodrigues analisa o longo processo de criação dos cemitérios de São Francisco Xavier, no Caju, e de São João Batista, em Botafogo, em 1851/2, ancorado nas ideias higienistas presentes na cidade desde fins do século XVIII. Concepções que foram progressivamente difundidas, mas lentamente eficazes no sentido de fazer as propostas de transferência dos sepultamentos das igrejas saírem do papel até o surgimento do grande surto de febre amarela do verão de 1849/50. Concebidos e inaugurados ainda como espaços sagrados, segundo a autora, os primeiros cemitérios públicos da cidade existem até hoje, superlotados e abrigando um patrimônio cultural, cuja riqueza artística e histórica precisa ser preservada de roubos, destruição e descaracterização dos túmulos antigos. Iniciando com um panorama dos diferentes cemitérios da cidade criados na década de 1850, Antonio Motta nos fornece um quadro destas necrópoles, no artigo *No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio*. Sua análise nos apresenta inúmeros relatos de como, no final do século XIX, estes espaços começaram a concentrar um novo culto aos mortos, para além das visitas nas datas especiais das famílias, que gradativamente concentraria a sua visitação no dia de finados. Tais cemitérios reuniam uma nova configuração espacial e arquitetônica das sepulturas da cidade, sendo alvo de rico investimento na colocação de estátuas, bustos, fotografias, inscrições lapidares e uma série de signos sobre os túmulos, como afirma o autor, numa prática que ensejava novos hábitos e costumes funerários. Uma destas era a construção de mausoléus não apenas de famílias, mas de associações sócio-profissionais. Em *Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial - Cemitério São João Batista* (1928), Adriane Piovezan e Clarissa Grassi encerram este dossiê estudando a criação de um destes espaços, em 1928, destinado a abrigar os cadáveres dos brasileiros mortos na I Guerra Mundial. Erguido no Cemitério São João Batista, o mausoléu possui elementos visuais novos, carregados da nova simbologia funerária que passou a retratar as relações entre morte, nação, forças armadas e cidadania no período republicano.

O conjunto de textos pode ser lido como um aprofundamento do conhecimento sobre as transformações dos lugares dos mortos nos últimos séculos de nossa história e

um motivador para conhecermos e valorizarmos mais as necrópoles da cidade do Rio de Janeiro. Pode também ser lido como mais uma demonstração de um novo patamar de maturidade atingido pelos estudos sobre a morte e os mortos no Brasil.

Claudia Rodrigues, Marcelina Almeida e Renato Cymbalista

Recebido em 27/06/2014

